



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

**RELUCI - MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - GESTÃO**

Emitente: Unidade Central de Controle Interno - Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

Gestor responsável: JACKSON BULERIANM

Exercício: 2022

1. RELATÓRIO

1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, essa Unidade Central de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Informamos que muitos pontos de controle descritos só puderam ser verificados mediante análise de relatórios dos sistemas de gestão pública contratados pela Câmara (Contabilidade, Almoxarifado, Patrimônio, Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Portal da Transparência), e mediante verificação de processos administrativos/contábeis nos respectivos departamentos. Em muitos casos, não foi possível realizar auditorias propriamente ditas, como as recomendadas pelo TCEES, mas foram feitos acompanhamentos, checagem de informações, relatórios, procedimentos e processos através de verificações singulares, acompanhamento concomitante das atividades desenvolvidas ao longo do ano, entre outras.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, o parecer conclusivo deste Controle Interno.



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

1. Itens abordados						
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa - realização sem prévio empenho	Processos de despesas - 266 empenhos	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34

1.2. Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Empenhos: 18, 34, 55, 76, 100, 118, 138, 158, 190, 215, 236, 251, 263	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9.717/1998, art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local• Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	R\$ 264.615,49	R\$ 264.615,49
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Pagamentos nºs: 13, 14, 38, 71, 110, 148, 149, 191, 192, 239, 240, 276, 277, 328, 329, 376,	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9.717/1998, art. 1º.• Lei 8.212/1991	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	R\$ 264.615,49	R\$ 264.615,49



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		377, 413, 414, 441, 469, 470	<ul style="list-style-type: none">• Lei Local• Regime de competência			
1.2.3	Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento	Pagamentos nºs: 13, 14, 38, 71, 110, 148, 149, 191, 192, 239, 240, 276, 277, 328, 329, 376, 377, 413, 414, 441, 469, 470	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9.717/1998, art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local• Regime de competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	R\$ 264.615,49	R\$ 264.615,49
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	Pagamentos nºs: Nº Pagamento 12, 37, 72, 109, 147, 193, 238, 280, 327, 375, 415, 440, 471	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9717/1998 art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	R\$ 128.403,96	R\$ 128.403,96
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Sem dados a verificar	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9717/1998 art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local• Regime de competência	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS ; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS ;	R\$ 0,00	R\$ 0,00



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

				d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS ; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.		
1.2.8	Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Sem dados a verificar	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	R\$ 0,00	R\$ 0,00

1.3. Gestão patrimonial

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - registro contábil compatibilidade com inventário.	Tabelas Anuais oriundas dos Sistemas Informatizados de Almoxarifado e Patrimônio e Balanço Patrimonial	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Bens em Estoque: R\$ 3.717,28 Bens Móveis: R\$ 384.420,98 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00	Bens em Estoque: R\$ 3.717,28 Bens Móveis: R\$ 384.420,98 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis - Registro e controle	Tabelas mensais oriundas do Sistema Informatizado de Patrimônio e Balanço Patrimonial	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Bens Móveis: R\$ 384.420,98 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00	Bens Móveis: R\$ 384.420,98 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00
1.3.3	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação	Registro dos Repasses de R\$ 193.022,29 referentes a duodécimos mensais, Livro Caixa do sistema e extratos bancários	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$ 2.316.267,48	R\$ 2.316.267,48
1.3.4	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação	Registro dos Repasses de R\$ 193.022,29 referentes a duodécimos mensais, Livro Caixa do sistema e extratos bancários	Lei 4.320/1964, Arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	R\$ 2.316.267,48	R\$ 2.316.267,48
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato	Empenhos realizados	LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no	R\$ 0,00	R\$ 0,00



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

				exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.		
--	--	--	--	---	--	--

1.4. Limites constitucionais e legais

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.4.6	Despesas com pessoal - abrangência	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs.	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	R\$ 1.539.112,63	R\$ 1.539.112,63
1.4.7	Despesas com pessoal - limite	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	R\$ 1.539.112,63	R\$ 1.539.112,63
1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites - nulidade do ato	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	R\$ 1.539.112,63	R\$ 1.539.112,63
1.4.9	Despesas com pessoal - aumento de despesas nos últimos 180 dias do	Folhas de Pagamento Mensais e outros processos internos	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	R\$ 0,00	R\$ 0,00



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	fim de mandato - nulidade do ato					
1.4.10	Despesas com pessoal - limite prudencial - vedações	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	R\$ 1.539.112,63	R\$ 1.539.112,63
1.4.11	Despesas com pessoal - extra-polação do limite - providências/medidas de contenção	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	R\$ 1.539.112,63	R\$ 1.539.112,63
1.4.12	Despesas com pessoal - expansão de despesas - existência de dotação orçamentária - autorização na LDO	Folhas de Pagamento Mensais e Guias Mensais SEFIP, observando a Receita Corrente Líquida do Município	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I - de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;	R\$ 1.539.112,63	R\$ 1.539.112,63



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

				II - de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.		
1.4.13	Poder Legislativo Municipal - despesa com folha de pagamento	Folhas de Pagamento Mensais Empenhos nºs: 09 a 16; 27 a 32; 42 a 53; 67 a 74; 91 a 97 e 99; 110 a 115 e 117; 127 a 134; 149 a 156; 180 a 188; 204 a 214; 224 a 233 e 235; 248 a 250; 252 a 260; 262	CRFB/88, art. 29 - A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	R\$ 1.274.497,14	R\$ 1.274.497,14
1.4.17	Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - fixação	Lei Municipal nº 0967/2020, de 11 de setembro de 2020, atualizada pela Lei 1024/2022, e Empenhos 09, 27, 42, 43, 68, 91, 110, 127, 149, 180, 204, 224, 252	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	R\$ 654.311,04	R\$ 654.311,04
1.4.18	Despesas com pessoal - subsídio dos	Pagamentos de nºs: 02, 29, 55, 56, 94, 160, 185, 224, 267, 317, 359, 400, 444	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	R\$ 654.311,04	R\$ 654.311,04



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	vereadores - pagamento					
1.4.19	Despesas com pessoal - remuneração vereadores	Empenhos: 09, 27, 42, 43, 68, 91, 110, 127, 149, 180, 204, 224, 252 Pagamentos: 02, 29, 55, 56, 94, 160, 185, 224, 267, 317, 359, 400, 444	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de 5% (cinco por cento) da Receita do Município.	R\$ 654.311,04	R\$ 654.311,04
1.4.20	Poder Legislativo Municipal - despesa total	Empenhos de 2022	CRFB/88, art. 29 - A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34

1.5. Demais atos de gestão

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA -	Documentos integrantes da PCA exigidos pela IN TC	IN regulamentado da remessa	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN	Arquivos exigidos pela IN	Arquivos exigidos pela IN TC



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	compatibilidade com o normativo do TCE	Nº 68/2020 Anexo III, Item 2.4	de prestação de contas	regulamentadora da remessa de prestação de contas.	TC Nº 68/2020, Anexo III Item 2.4 - Contas das Mesas Direto-ras das Câmaras Municipais	Nº 68/2020 Anexo III Alínea "D" - Contas das Me-sas Diretoras das Câmaras Municipais
1.5.2	Segregação de funções	Processos Administrativos e Contábeis	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Processos Administrativos e Contábeis	Processos Administrativos e Contábeis

2. Itens de abordagem complementar

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Códi-g o	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
-----------------	---------------------------------	---	-------------------	---------------------	--------------------------------------	----------------------------



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.2.8	Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - estimativa de impacto orçamentário financeiro.	Processos Administrativos e Contábeis	LC 101/2000, art. 16.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com consequente aumento da despesa, avaliar se os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e se foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
2.2.9	Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - afetação das metas fiscais.	Processos Administrativos e Contábeis	LC 101/2000, art. 17, § 3º.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado, avaliar se foram observadas as condições previstas no artigo 17, § 1º da LRF e se os efeitos financeiros decorrentes do ato praticado não afetarão as metas fiscais dos exercícios seguintes e serão compensados por aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
2.2.10	Execução de programas e projetos	Orçamento inicial: Programa: 001 <u>Manut. e Administração das Atividades Legislativas</u> Projetos/Atividades	CRFB/88, art. 167, I.	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na Lei Orçamentária Anual.	Projetos: R\$ 202.000,00 Atividades: R\$ 1.898.000,00	Total dos Programas e Projetos/Atividades R\$ 2.100.000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		<u>1.001 - Aquisição de imóvel, constr., reforma e ampl. de sede = R\$ 102.000,00</u> <u>1.002 - Veículos, Mobiliário e Equipamentos Permanentes = R\$ 100.000,00</u> <u>2.001 - Manut. das Atividades Administr. e Legislativas</u> R\$ 1.862.000,00 <u>2.002 - Treinamento e Capacit. de Vereadores e Servid. do Legislativo - R\$ 20.000,00</u> <u>2.003 - Contribuição para Assoc. das Câmaras Munic. do ES - ASCAMVES - R\$ 16.000,00</u>			Total: R\$ 2.100.000,00	
2.2.11	Execução de despesas - créditos orçamentários	Orçamento para 2022: R\$ 2.100.000,00	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Recebido de duodécimos: R\$ 2.316.267,48	Recebido de duodécimos R\$ 2.316.267,48



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.2.13	Créditos adicionais - autorização legislativa para abertura	Decretos nºs: 0000572/2022 - 0000677/2022 - 0000713/2022 - Suplementações/anulações de dotações internas 0000754/2022 - Suplementação por Anulação de outra UG	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Total: R\$ 318.517,48, sendo: R\$ 216.267,48 Suplementação por Anulação de outra UG) e R\$ 102.250,00 (Suplementação /Anulação de dotação interna)	Total: R\$ 318.517,48, sendo: R\$ 216.267,48 por Suplementação por Anulação de outra UG) e R\$ 102.250,00 (Por suplementação/Anulação de dotação interna)
2.2.18	Realização de investimentos plurianuais	Empenhos realizados em 2022	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	Sistema Informatizado de Contabilidade	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	R\$ 2.005.769,34	R\$ 2.005.769,34
2.2.28	Pagamento de passivos - ordem cronológica das exigibilidades	Pagamentos realizados em 2022	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.2.29	Déficit orçamentário - medidas de contenção	Processos Administrativos e Contábeis 2022	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	R\$ 2.005.769,34	R\$ 2.005.769,34
2.2.30	Despesa - realização de despesas - irregularidades	Empenhos realizados em 2022	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
2.2.31	Despesa - liquidação	Empenhos realizados em 2022	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Empenhos realizados em 2022	Lei 4.320/1964, art. 62	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
2.2.33	Despesa - desvio de finalidade	Empenhos realizados em 2022	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
2.2.34	Despesa - auxílios, contribuições e subvenções	Empenhos realizados em 2022	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
2.2.35	Despesa - subvenção social	Empenhos realizados em 2022	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu ao disposto no art. 16, da Lei	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

				Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.		
--	--	--	--	--	--	--

2.3. Gestão patrimonial

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.3.1	Passivos contingentes - reconhecimento de precatórios judiciais	Sem dados a verificar	CRFB/88, art. 100. Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	-	-
2.3.2	Dívida pública - precatórios - pagamento	Sem dados a verificar	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	-	-
2.3.5	Cancelamento de passivos	Empenhos realizados em 2022	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34

2.4. Limites constitucionais e legais



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.4.1	Transferências voluntárias - exigências	Processos administrativos e contábeis de 2022.	LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4.3	Dívida pública - originalmente superior ao limite - redução do valor excedente	Todos os processos administrativos de 2022 da Câmara Municipal.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Avaliar se a dívida consolidada líquida do Estado/Município, no final do exercício de 2001 , excedia os limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avos) por exercício.	R\$ 0,00	R\$ 0,00

2.5. Gestão Previdenciária

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Empenhos: - 01, 35 e 38 - Ágape Assessoria e Consultoria Ltda - EPP	LC 116/2003 (ISS), art. 6º Decreto Federal nº 3.000/1999 (IR).	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	Empenhos 01, 35 e 38 - Ágape Assessoria e Consultoria Ltda - EPP	Valores Base IR: Ágape: R\$ 15.110,00 Valor retido: R\$ 226,65



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

			Lei 8.212/1991 (Segur. Social). Lei Local			
2.5.2.	Base de cálculo de contribuições - RPPS	Sem dados a verificar	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5.4	Alíquota de contribuição - Recolhimento	Pagamentos ao INSS: <u>Parte Patronal (21%)</u> : Pagamentos nºs: 13, 14, 38, 71, 110, 148, 149, 191, 192, 233, 234, 239, 240, 276, 277, 328, 329, 376, 377, 413, 414, 441, 469, 470 <u>Parte dos Segurados</u> (Variável, de acordo com a faixa salarial): Pagamentos nºs: 12, 37, 72, 109, 147, 193, 238, 280, 327, 375, 415, 440, 471	CF/88, art. 40. LRF, art. 69 (RPPS). Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º (RPPS)	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Patronal: R\$ 264.615,49 Segurados: R\$ 128.403,96	Patronal: R\$ 264.615,49 Segurados: R\$ 128.403,96
2.5.5	Guia de recolhimento de	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	contribuições previdenciárias		Lei 9717/1998 art. 1º.	previdenciárias devidas ao RPPS , nas unidades gestoras		
2.5.7	Servidores cedidos	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários - Autorização Legal	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
2.5.26	Censo Atuarial	-	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
2.5.37	Registro de Admissões	Pastas funcionais dos 6 servidores efetivos da CM	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	6 servidores efetivos	6 servidores efetivos



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.6. Demais atos de gestão						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
2.6.1	Pessoal - função de confiança e cargos em comissão	Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro 2022.	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Resolução 02/2011, alterada pela 01/2012 e 03/2019 - Cargos em comissão: Secretário Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar, Assessor das Comissões e Controlador Geral Interno (função de confiança)	Resolução 02/2011 alterada pela 01/2012 e 03/2019 - Cargos em comissão: Secretária Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar, Assessor das Comissões e Controlador Geral Interno (função de confiança)
2.6.2	Pessoal - função de confiança e cargos em comissão	Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro 2022.	Legislação específica do órgão.	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Resolução 02/2011, alterada pela 01/2012 e 03/2019 - Cargos em comissão: Secretário Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar, Assessor das Comissões e Con-	Resolução 02/2011 alterada pela 01/2012 e 03/2019 - Cargos em comissão: Secretária Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar, Assessor das Comis-



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

					trolador Geral Interno (função de confiança)	sões e Controla- dor Geral Inter- no (função de confiança)
2.6.3	Pessoal - contratação por tempo determinado	Sem dados a verificar	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações se destinam ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.6.4	Pessoal - teto	Folhas de Paga- mento de Janeiro a Dezembro de 2022.	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	R\$ 1.274.497,14	R\$ 1.274.497,14
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Folhas de Paga- mento de Janeiro a Dezembro de 2022.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	R\$ 1.274.497,14	R\$ 1.274.497,14
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	Empenhos realiza- dos em 2022, exceto os de vencimentos e vantagens fixas, o- brigações patronais e os provenientes de processos com em- prego de licitação.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	Dispensa de Licitação: R\$ 207.415,70 Inexigibilidade: R\$ 3.700,00 Fonte: Sistema Contábil	Dispensa de Licitação: R\$ 207.415,70 Inexigibilidade: R\$ 3.700,00



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, priorizamos aqueles constantes da IN TC nº 68, de 08 de dezembro de 2020, relacionados ao cumprimento dos limites constitucionais e legais, à execução orçamentária e àqueles ligados às despesas de pessoal, haja vista serem estas as despesas de maior vulto no orçamento deste Legislativo.

Os resultados esperados com as análises realizadas foram a conformidade dos processos, observação de critérios estabelecidos pela legislação e verificação dos controles utilizados nas atividades.

1.2. Constatações e proposições

As atividades de competência do Controle Interno tiveram como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nas diversas áreas da administração, cujos resultados foram consignados em relatórios contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles. Entre eles, temos:

- Relatório de Ação de Auditoria nº 01/2022 - Verificação de Dados e Informações para Composição da Prestação de Contas Anual - PCA 2021
- Relatório de Ação de Auditoria nº 02/2022 - Obediência aos limites estipulados pela Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme Matriz de Planejamento - 1º Semestre 2022
- Relatório de Ação de Auditoria nº 03/2022 - Verificação de atividades realizadas pelo Departamento Contábil/Financeiro-Tesouraria da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES
- Relatório de Ação de Auditoria nº 04/2022 - Gestão Previdenciária da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES
- Relatório de Ação de Auditoria nº 05/2022 - Verificação de atividades realizadas pelo Departamento Contábil da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

Além daqueles, trimestralmente, a Controladoria fez acompanhamento dos processos internos, emitiu relatórios de análises e encaminhou para apreciação do Presidente da Câmara, protocolando na Secretaria Geral da Câmara, sendo posteriormente arquivado nas dependências, com correspondente publicação no site oficial da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, no endereço <https://cmlaranjadaterra-es.portaltip.com.br/consultas/documentos.aspx?id=58>.

A Controladoria fez ainda um Relatório Anual de Controle Interno, abordando e sintetizando atividades realizadas durante todo o exercício.

A Controladoria atendeu também a fiscalizações realizadas, diligências e trabalhos decorrentes de demandas externas (TCE, Transparência Capixaba, Atricon, entre outros) e expediu Correspondências Internas, direcionadas em sua maioria ao Presidente, para alertar, informar, recomendar e orientar quando a situações que dependiam de mais cuidado e atenção.

Abaixo seguem considerações sobre os pontos elencados na IN TC nº 68, de 08 de dezembro de 2020, e atualizações:



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

Código	Achados/Constatações	Proposições/ Alertas	Situação
1.1.2	- <i>Despesa - realização sem prévio empenho</i> Conforme análise documental, todas as despesas foram realizadas com emissão de prévio empenho.	Não houve	Regular
1.2.1	- <i>Registro por competência - despesas previdenciárias patronais</i> As despesas previdenciárias patronais (RGPS) têm sido registradas observando o regime de competência, conforme análise documental realizada.	Não houve	Regular
1.2.2	- <i>Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal</i> A Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES é regida pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que tem suas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e executadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Considerando o RGPS, a parte patronal sobre contribuições previdenciárias foi apurada mensalmente e recolhida regularmente, com o devido registro contábil. No exercício sob análise, as despesas com obrigações patronais foram de R\$ 264.615,49 (Duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e quinze reais e quarenta e nove centavos).	Não houve	Regular
1.2.3	- <i>Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento</i> Não ocorreu em 2022 multas e juros por atraso de pagamento das obrigações previdenciárias.	Não houve	Regular
1.2.4	- <i>Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor</i> As contribuições previdenciárias dos servidores estão sendo recolhidas regularmente, com o devido registro contábil. No exercício sob análise, conforme análise documental realizada, o valor de INSS apurado, retido e recolhido de servidores foi de R\$ 128.403,96 (Cento e vinte e oito mil e quatrocentos e três reais e noventa e seis centavos).	Não houve	Regular



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

1.2.5	- <i>Parcelamento de débitos previdenciários</i> Conforme análise documental realizada, a CM de Laranja da Terra/ES não tem RPPS e tampouco parcelamentos de débitos previdenciários no exercício em questão.	Não houve	Regular
1.2.8	- <i>Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber</i> Conforme análise documental realizada, a CM de Laranja da Terra/ES não tem RPPS e tampouco parcelamentos de débitos previdenciários no exercício em questão.	Não houve	Regular
1.3.1	- <i>Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - registro contábil compatibilidade com inventário</i> As demonstrações contábeis da CM de Laranja da Terra/ES correspondem à integralidade dos bens em estoque e dos bens móveis que possuímos em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciações realizadas, conforme análise documental realizada.	Promover melhoria nos controles internos administrativos e fluxos dos procedimentos operacionais relativos ao controle dos bens móveis.	A acompanhar
1.3.2	- <i>Bens móveis, imóveis e intangíveis - Registro e controle</i> A CM de Laranja da Terra/ES tem mantido registrados e controlados os bens que possui, sendo que na Estrutura Administrativa do órgão, o departamento responsável por sua guarda e administração é a Secretaria Geral da Câmara. O valor depreciado, apurado mensalmente, é reconhecido nas contas de resultado do exercício, conforme análise documental realizada.	Promover melhoria nos controles internos administrativos e fluxos dos procedimentos operacionais relativos aos bens móveis.	A acompanhar
1.3.3	- <i>Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação</i> As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituição financeira oficial, a saber: Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES/SA, Agência 0186, Conta Corrente/Aplicação 3.488.533, rendendo ao longo do ano R\$ 37.769,72 (Trinta e sete mil, setecentos	Não houve	Regular



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	e sessenta e nove reais e setenta e dois centavos).		
1.3.4	<p>- <i>Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação</i></p> <p>As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, estando devidamente conciliados pelo Departamento Contábil/Financeiro.</p>	Não houve	Regular
1.3.7	<p>- <i>Obrigações contraídas no último ano de mandato</i></p> <p>O titular do Poder não contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas dentro dele sem suficiente disponibilidade de caixa.</p>	Não houve	Regular
1.4.6	<p>- <i>Despesas com pessoal - abrangência</i></p> <p>Todas as despesas com pessoal foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF. NÃO houve terceirização de mão de obra referente à substituição de servidores.</p>	Não houve	Regular
1.4.7	<p>- <i>Despesas com pessoal - limite</i></p> <p>Os limites de Despesas com Pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF foram observados, pois na esfera municipal o Poder Legislativo não poderia exceder a 6% (seis por cento) do total da Receita Corrente Líquida Ajustada do Município. Assim, o valor apurado de R\$ 1.539.112,63 (Um milhão, quinhentos e trinta e nove mil e cento e doze reais e sessenta e três centavos) correspondente ao valor das Despesas com Pessoal está dentro dos limites, representando 2,81% (dois inteiros e oitenta e um centésimos) de uma Receita Corrente Líquida Ajustada de R\$ 54.848.978,52 (Cinquenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e oito mil e novecentos e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos).</p>	Necessidade de constante acompanhamento destas despesas e sua evolução, fazendo-se o comparativo entre os recebimentos de duodécimos da Câmara Municipal e a despesa com FP, evitando-se o descumprimento do limite constitucional.	Regular/ A acompanhar
1.4.8	<p>- <i>Despesas com pessoal - descumprimento de limites - nulidade do ato</i></p>	Não houve	Regular



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	NÃO foram praticados atos que incidiram em aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF, conforme análise documental realizada.		
1.4.9	- <i>Despesas com pessoal - aumento de despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato - nulidade do ato</i> Não foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder LRF, conforme análise documental realizada.	Não houve	Regular
1.4.10	- <i>Despesas com pessoal - limite prudencial - vedações</i> As despesas totais com pessoal, no valor de R\$ 1.539.112,63 (Um milhão, quinhentos e trinta e nove mil e cento e doze reais e sessenta e três centavos) NÃO excederam a 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo permitido para o Poder (95% de 6% de R\$ 54.848.978,52= R\$ 3.126.391,77 (Três milhões, cento e vinte e seis mil, trezentos e noventa e um reais e setenta e sete centavos) LRF, conforme análise documental realizada.	Não houve	Regular
1.4.11	- <i>Despesas com pessoal - limite prudencial - vedações</i> As Despesas Totais com Pessoal NÃO ultrapassaram o limite máximo de R\$ 3.290.938,71 (Três milhões, duzentos e noventa mil e novecentos e trinta e oito reais e setenta e um centavos), correspondente aos 6% (seis por cento) estabelecido no artigo 20 da LRF, para o Poder Legislativo Municipal, visto que estamos no percentual de 2,81% (dois inteiros e oitenta e um centésimos). NÃO houve extrapolação dos limites, nem de Alerta, nem Prudencial, nem Máximo estabelecidos pela LRF para Despesas com Pessoal, no Poder Legislativo, conforme análise documental realizada, portanto, não sendo necessárias medidas de contenção.	Não houve	Regular



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

1.4.12	<p>- <i>Despesas com pessoal - expansão de despesas - existência de dotação orçamentária - autorização na LDO</i></p> <p>Conforme análise documental realizada, não houve concessão de vantagem ou aumento de remuneração aos servidores da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES no período em questão inobservando os incisos I e II.</p>	Não houve	Regular
1.4.13	<p>- <i>Poder Legislativo Municipal - despesa com folha de pagamento</i></p> <p>O gasto total com a Folha de Pagamento da Câmara Municipal foi de R\$ 1.274.497,14 (Um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e sete reais e catorze centavos), NÃO ultrapassando, portanto, os 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício - R\$ 2.316.267,48 (Dois milhões, trezentos e dezesseis mil e duzentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos), ficando em 55,02% (cinquenta e cinco inteiros e dois centésimos).</p> <p>Mas, se considerarmos o valor preliminar do Orçamento, que estava estipulado em R\$ 2.100.000,00 (Dois milhões e cem mil reais), o valor de R\$ 1.274.497,14 (Um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e sete reais e catorze centavos) liquidado com Folhas de Pagamento representaria 60,69% (sessenta inteiros e sessenta e nove centésimos), ou seja, mesmo assim o Art. 29 - A, § 1º, da CRFB/88 foi respeitado.</p>	Necessidade de constante acompanhamento destas despesas e sua evolução, fazendo-se o comparativo entre os recebimentos de duodécimo da Câmara Municipal e a despesa com FP, evitando-se o descumprimento do limite constitucional.	Regular/ A acompanhar
1.4.17	<p>- <i>Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - fixação</i></p> <p>A fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra, consoante preceitua a Lei Municipal nº 0967/2020, de 11 de setembro de 2020. Houve atualização do valor dos subsídios por meio da Lei Municipal nº 1024, de 22 de março de 2022, Que dispõe sobre a Revisão Geral Anual de Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências,</p>	Não houve	Regular



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	garantindo assim a revisão geral anual aos vereadores em exercício.		
1.4.18	<p>- <i>Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - pagamento</i></p> <p>Os pagamentos de Subsídios aos Vereadores obedeceram aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, ou seja, em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores poderia ser 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, o que foi expressamente observado.</p>	Não houve	Regular
1.4.19	<p>- <i>Despesas com pessoal - remuneração vereadores</i></p> <p>O total da despesa com a remuneração dos Vereadores foi de R\$ 654.311,04 (Seiscentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e onze reais e quatro centavos), NÃO ultrapassando o montante de 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida Ajustada do Município, apurada em R\$ 54.848.978,52 (Cinquenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e oito mil e novecentos e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), conforme informado pelo Poder Executivo, para o exercício de 2022, representando apenas 1,19% (Um inteiro e dezenove centésimos) daquele valor.</p>	Não houve	Regular
1.4.20	<p>- <i>Poder Legislativo Municipal - despesa total</i></p> <p>O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os Subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, NÃO ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do art. 153 e nos Arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, totalizando R\$ 1.950.769,34 (Um milhão, novecentos e cinquenta mil e setecentos e sessenta e nove reais e trinta e quatro centavos).</p>	Não houve	Regular/ A acompan har
1.5.1	<p>- <i>Documentos integrantes da PCA - compatibilidade com o normativo do TCE</i></p>	Não houve	Regular



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	Os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo III, Item 2.4, da IN 68/2020, regulamentadora da remessa de Prestação de Contas Anual.		
1.5.2	<p>- <i>Segregação de funções</i></p> <p>Este princípio é atendido nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização. As atividades são distribuídas dentro das possibilidades (4 divisões/departamentos: Mesa Diretora, Procuradoria, Controladoria e Secretaria Geral da Câmara), buscando sempre a eficiência, eficácia e economicidade para a Câmara Municipal.</p>	Não houve	Regular
2.2.8	<p>- <i>Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - estimativa de impacto orçamentário financeiro</i></p> <p>Houve expansão de ação governamental com consequente aumento da despesa com relação ao Auxílio Alimentação dos Servidores, Revisão Geral anual, Gratificação Especial ao Motorista e Fixação de Vencimentos dos Servidores da Câmara. Os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO.</p>	Não houve	Regular
2.2.9	<p>- <i>Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - afetação das metas fiscais</i></p> <p>Houve expansão de despesas de caráter continuado (Auxílio Alimentação A execução orçamentária decorre de um processo eficaz de planejamento e se transforma em um instrumento de políticas públicas. dos Servidores, Gratificação Especial de Motorista, Revisão Geral anual e Fixação de Vencimentos dos Servidores</p>	Não houve	Regular



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	do Legislativo), mas os efeitos financeiros decorrentes do ato praticado tendem a não afetar as metas fiscais dos exercícios seguintes.		
2.2.10	- <i>Execução de programas e projetos</i> Não ocorreu em 2022, no orçamento da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, execução de programas ou projetos de governo não inclusos na Lei Orçamentária Anual.	Não houve	Regular
2.2.11	- <i>Execução de despesas - créditos orçamentários</i> NÃO foram realizadas despesas, tampouco houve assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais. A PMLT repassou financeiramente, ao invés de R\$ 2.100.000,00 (Dois milhões e cem mil reais) orçado inicialmente, o valor de R\$ 2.316.267,48 (Dois milhões, trezentos e dezesseis mil e duzentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos), valor este devidamente atualizado no exercício financeiro de 2022.	Não houve	Regular
2.2.13	- <i>Créditos adicionais - autorização legislativa para abertura</i> Houve abertura de crédito adicional suplementar no Poder Legislativo com prévia autorização legislativa dada pela <i>alínea a Inciso III</i> , Art. 4º, da Lei Municipal 1.016/2021, de 15/12/2021, que " <i>Estima a receita e fixa a despesa do município de Laranja da Terra para o exercício financeiro de 2022</i> ".	Não houve	Regular
2.2.18	- <i>Realização de investimentos plurianuais</i> Não foram iniciados investimentos cuja execução ultrapassasse o exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorizasse a inclusão.	Não ocorreu	Regular
2.2.24	- <i>Escrituração e consolidação das contas públicas</i> Por meio de análise documental verificou-se que a consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.	Não houve	Regular



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.2.28	- <i>Pagamento de passivos - ordem cronológica das exigibilidades</i> A Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES manteve os pagamentos em ordem cronológica de suas exigibilidades, conforme verificação documental e dos registros do sistema contábil.	Não houve	Regular
2.2.29	- <i>Déficit orçamentário - medidas de contenção</i> NÃO foram expedidos atos de limitação de empenho, uma vez que os limites legais estavam longe de serem atingidos.	Não houve	Regular
2.2.30	- <i>Despesa - realização de despesas - irregularidades</i> NÃO foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas, por parte do Poder Legislativo Municipal. Todos os processos administrativos/contábeis passaram pelo crivo do Presidente, que pôde acompanhar de perto a realização das despesas.	Não houve	Regular
2.2.31	- <i>Despesa - liquidação</i> Por meio de análise documental, os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal n.º 4.320/64 para a liquidação das despesas foram observados.	Que a legislação seja sempre observada a fim de que não ocorram erros.	Regular/ A acompanhar
2.2.32	- <i>Pagamento de despesas sem regular liquidação</i> Para todo pagamento de despesa houve regular liquidação.	Não houve	Regular
2.2.33	- <i>Despesa - desvio de finalidade</i> As despesas decorrentes de recursos vinculados, a teor do artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 101/2000 aplicam-se ao Poder Executivo.	Não houve	Não se aplica
2.2.34	- <i>Despesa - auxílios, contribuições e subvenções</i> Conforme análise documental, não houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	Não houve	Regular
2.2.35	- <i>Despesa - subvenção social</i> Conforme análise documental, não ocorreu no período em questão.	Não houve	Regular



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.3.1	- <i>Passivos contingentes - reconhecimento de precatórios judiciais</i> Não ocorreu no período em questão.	Não houve	Regular
2.3.2	- <i>Dívida pública - precatórios - pagamento</i> Não ocorreu no período em questão.	Não houve	Regular
2.3.5	- <i>Cancelamento de passivos</i> Não houve cancelamento de passivos em 2022 sem comprovação do fato motivador.	Não houve	Regular
2.4.1	- <i>Transferências voluntárias - exigências</i> NÃO realizamos transferências voluntárias na CM Laranja da Terra/ES em 2022.	Não houve	Regular
2.4.3	- <i>Dívida pública - originalmente superior ao limite - redução do valor excedente</i> NÃO temos Dívida Pública na CM de Laranja da Terra/ES.	Não houve	Regular
2.5.1	- <i>Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias</i> As retenções na fonte e o recolhimento de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pelo Poder Legislativo foram realizadas, conforme relatórios mensais de empenhos, liquidações e pagamentos.	Não houve	Regular
2.5.2	- <i>Base de cálculo de contribuições - RPPS</i> NÃO temos Regime Próprio de Previdência Social no município (RPPS). Seguimos as regras do Instituto Nacional do Seguro Social, por isso as contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando as devidas bases de cálculo.	Não houve	Regular
2.5.4	- <i>Alíquota de contribuição - Recolhimento</i> NÃO temos Regime Próprio de Previdência Social no município. Seguimos as regras do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e obedecemos às alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Não houve	Regular
2.5.5	- <i>Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias</i> As guias de recolhimento de contribuições previdenciárias ao Instituto Nacional do Seguro Social encontram-se devidamente arquivadas	Não houve	Regular



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	nesta Casa de Leis. Não temos contribuições previdenciárias devidas ao RPPS.		
2.5.7	- <i>Servidores cedidos</i> A Câmara não cedeu nenhum servidor a outro órgão e o município não possui Regime Próprio de Previdência Social.	Não houve	Regular
2.5.10	- <i>Parcelamento de débitos previdenciários - Autorização Legal</i> Sem dados a verificar.	Não houve	Regular
2.5.26	- <i>Censo Atuarial</i> Não houve, tendo em vista que somos regidos pelo RGPS.	Não houve	Regular
2.5.37	- <i>Registro de Admissões</i> Todos os 06 (seis) servidores admitidos através de Concurso Público foram devidamente registrados no TCEES.	Não houve	Regular
2.6.1	- <i>Pessoal - função de confiança e cargos em comissão</i> Em 2022, os cargos em comissão eram os de Secretaria Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar e Assessor das Comissões. O cargo de Controlador Geral Interno (função de confiança) é exercido por servidora ocupante de cargo efetivo.	Não houve	Regular
2.6.2	- <i>Pessoal - função de confiança e cargos em comissão</i> A Lei foi cumprida conforme o que dispõe a Estrutura Administrativa, Organizacional e Funcional da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.	Não houve	Regular
2.6.3	- <i>Pessoal - contratação por tempo determinado</i> NÃO realizamos contratação por tempo determinado em 2022.	Não houve	Regular
2.6.4	- <i>Pessoal - teto</i> O teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão (que tem por parâmetro o subsídio do Prefeito estipulado em R\$ 14.000,00 por meio da Lei nº 967, 11 de setembro de 2020, atualizado para 15.408,40 por meio da lei 1024 de 22 de março de 2022),	Não houve	Regular



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.		
2.6.5	- <i>Realização de despesas sem previsão em lei específica</i> NÃO houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizadas por lei específica.	Não houve	Regular
2.6.6	- <i>Dispensa e inexigibilidade de licitação</i> As contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação realizadas em 2022 observaram disposições contidas nas Leis de Licitações, principalmente quanto a seleção das propostas aptas a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, conjugando a vantagem econômica da proposta com a satisfação do mínimo de qualidade de que necessita a Administração.	Observar as particularidades nesses tipos de contratações, principalmente quanto a aplicação da NLLC (Lei 14133/2021).	Regular/ A acompa- nhar

Os critérios de análise referem-se à conformidade e à operacionalidade das áreas envolvidas com os processos, levando em consideração a eficiência, eficácia, economicidade e boas práticas de controle e governança.

Não foram objetos de análises itens que se referem ao RPPS, pois o município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

Com a realização das análises efetuadas nos procedimentos administrativos e contábeis, constatamos alguns erros primários que não provocaram danos ao erário. Entre eles podemos citar: ausência de paginação ou numeração repetida em alguns poucos processos, inversão posicional de peças componentes de alguns processos, erros de digitação em históricos, entre outros.

Conclusões das análises efetuadas

Em alguns momentos ocorreram situações divergentes do ideal, que justificamos com o despreparo de alguns servidores e falta de espaço físico apropriado para comportar adequadamente todos os servidores (não temos sede própria e, o pavimento que utilizamos não tem estrutura preparada especificamente para comportar os trabalhos de uma Câmara). Temos bons equipamentos de informática, mas, os sistemas de gestão pública ainda dependem de ajustes. No resultado influencia também o modo como é composto o grupo de trabalho, falta de comunicação efetiva entre os servidores, divisão inadequada das tarefas, desmotivação e falta de valorização do trabalho realizado.

É preciso aprimorar o uso da tecnologia da informação na centralização e no tratamento de dados de diversas naturezas, isso, além de tornar o atendimento às demandas muito mais eficiente, pode garantir inteligência para a tomada de decisão e maior facilidade para diagnósticos mais acertados sobre a realidade e as necessidades do órgão.



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES **PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

É necessário também proporcionar qualificação e permanente atualização técnica do quadro de pessoal, especialmente dos setores administrativo e contábil/financeiro, que têm de enviar informações ao TCEES, promovendo a permanente integração e cooperação funcional entre os setores da entidade.

Em relação às futuras contratações de prestação de serviços e/ou de fornecimento de materiais e produtos, recomendamos que a Câmara Municipal utilize mais o apoio técnico e jurídico para desenvolvimento das etapas dos processos, principalmente por causa da implantação da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021), observando desde a escolha da melhor proposta até a elaboração dos termos de contratos e do efetivo acompanhamento da execução, obtendo e mantendo toda a documentação devidamente organizada e arquivada.

Sugere-se também a realização de acompanhamentos periódicos da documentação que dá suporte aos registros contábeis, a fim de detectar eventuais inconsistências e fragilidades e/ou a necessidade de proposição de melhorias.

Recomenda-se ainda que a entidade siga implantando e aperfeiçoando os controles internos em todos os setores da administração. É válido ressaltar que existe uma série de atividades que podem ser implementadas para a melhoria nos procedimentos de controle interno para a busca da qualidade dos serviços, tais como: atualização das normas internas; ênfase em treinamento com base na qualidade; “reforço” na busca de solução dos problemas detectados; elaboração de planos de ação para atingir metas; prioridade ao cidadão; busca de cultura de redução de desperdícios; motivação dos funcionários; revisão e elaboração contínua dos processos; destinação de recursos para equipamentos de informática e treinamento de funcionários; estabelecimento de metas por equipes; controle e avaliação dos resultados obtidos.

Proposições/alertas efetuados

- Que o Presidente solicite aos envolvidos diretamente na execução das atividades administrativas/técnicas e contábeis que atendam as recomendações sugeridas por meio das análises efetuadas, de forma a minimizar as possibilidades de incorreções;
- Que sejam aperfeiçoados/atualizados os controles internos em todos os setores da administração;
- Que a administração se prepare para regulamentação e implantação da Nova Lei de Licitações e Contratos;
- Que as Unidades Administrativas estejam em acordo para que as rotinas e procedimentos implantados sejam uniformes;
- Que haja constante atualização dos servidores para que as atividades sejam executadas pontualmente e com menores chances de erros.

Medidas de saneamento adotadas

O Presidente da Câmara, após orientação do Controle Interno, em reunião informal, solicitou aos servidores para que, dentro das possibilidades, atendam as sugestões dadas pela UCCI nos relatórios apresentados ao longo do exercício financeiro e que o Controle Interno continue fiscalizando/orientando as atividades desenvolvidas pelo Poder Legislativo, pois a figura do



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES **PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

Controlador Interno nada mais é que ser parceiro do gestor na busca constante do aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo Poder. A função do controle é indispensável para acompanhar a execução de programas e apontar suas falhas e desvios; zelar pela boa utilização, manutenção e guarda dos bens patrimoniais; verificar a perfeita aplicação das normas e princípios adotados e constatar a veracidade das operações realizadas. Assim, a função de controle está intimamente relacionada à Administração que, ao exercer aquela função, analisa e avalia os resultados obtidos, compara-os ao que foi planejado ou previsto, objetivando verificar os resultados e orientar para o saneamento de possíveis falhas que possam ter ocorrido.

1.3. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o capítulo II - DAS FINANÇAS PÚBLICAS, do Título VI - DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO, como sendo o definidor das grandes linhas de atuação orçamentário-financeira da administração pública brasileira. Assim, por esse capítulo, a sociedade brasileira ratificou a necessidade de integração entre o planejamento e a execução orçamentário-financeira. Nesse mesmo sentido, o art. 174 da CF 88 destacou a importância do planejamento para a administração pública ao afirmar que a função planejamento é determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

A correta gestão pública, pautada em uma execução orçamentária e financeira eficiente, advém da integração coerente entre o que foi planejado e o que será realmente realizado. Sendo assim, não há que se falar na alocação de recursos sem ter o entendimento dos conceitos de Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. A execução orçamentária decorre de um processo eficaz de planejamento e se transforma em um instrumento de políticas públicas.

A Câmara Municipal de Laranja da Terra atendeu os limites previstos na Constituição Federal quanto às necessidades administrativas do Poder e aos preceitos da responsabilidade fiscal, como poderemos verificar abaixo.

A Constituição Federal, em seu art. 29-A, estabelece:

“Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

...

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;” (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009).

No que tange à execução orçamentária relativa ao exercício de 2022, destacamos que o valor aprovado para a Câmara Municipal, por meio da Lei nº 1.016, de 15 de dezembro de 2021, ficou fixado em R\$ 2.100.000,00 (Dois milhões e cem mil reais).

Porém, é interessante informar que, logo no início do exercício financeiro de 2022, constatamos, após o repasse do duodécimo referente a janeiro, que a Câmara Municipal de



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

Laranja da Terra/ES teria direito de receber até R\$ 2.316.267,48 (Dois milhões, trezentos e dezesseis mil e duzentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos).

Foi feita uma devolução financeira pela Câmara em 30/12/2022 no valor de R\$ 306.293,93 (Trezentos e seis mil, duzentos e noventa e três reais e noventa e três centavos), para fins de atendimento ao disposto na Lei Orgânica do Município, Artigo 43, Inciso XIII:

“Devolver aos cofres municipais o saldo de suas contas no final do exercício”.

Restou ainda na conta da Câmara Municipal (CC/Aplicação 3.488.533 - Banestes) o valor financeiro de R\$ 107.888,83 (Cento e sete mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e três centavos) dos quais R\$ 52.888,83 (Cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e três centavos) destinar-se-iam aos direitos de servidores e Contribuição Patronal (0,21%) - conforme Regime de Competência e os R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais) seriam destinados ao pagamento de Auxílio Alimentação Especial Natalino de servidores da Câmara, ficando como Disponibilidade de Caixa Bruta, conforme se pode verificar no extrato bancário do período e nos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao Segundo Semestre de 2022. Ocorre que o valor de R\$ 52.888,83 (cinquenta e dois mil oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e três centavos), deixado para cobrir as despesas patrimoniais apropriadas por competência em 2022 e, tomado o conhecimento de que não é considerada uma prática correta conforme instrução TCEES, e para sanar esse erro seguiu-se o disposto na Instrução Normativa TCEES Nº 74, de 15 de junho de 2021. Assim, já foi solicitado que esse valor seja deduzido nos primeiros repasses de Duodécimos a serem feitos pelo Poder Executivo em 2023.

Do total das despesas empenhadas de 01/01/2022 até 31/12/2022, no valor de R\$ 2.005.769,34 (Dois milhões e cinco mil, setecentos e sessenta e nove reais e trinta e quatro centavos), foram liquidados e pagos R\$ 1.950.769,34 (Um milhão, novecentos e cinquenta mil e setecentos e sessenta e nove reais e trinta e quatro centavos). Portanto, tivemos inscrições em Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais).

Com a aplicação dos valores recebidos a título de Duodécimos no Banco do Estado do Espírito Santo S/A, arrecadamos de Juros sobre Aplicações Financeiras no exercício um total de R\$ 37.769,72 (Trinta e sete mil, setecentos e sessenta e nove reais e setenta e dois centavos), devolvidos à PMLT em 30 e 31/12/2022.

Como informado no início, a execução orçamentária da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES no exercício 2022 respeitou o valor do indicativo de teto orçamentário estipulado pelo Poder Executivo. Manteve também em equilíbrio o gasto público, considerando o cenário de rigidez orçamentária, avaliando constantemente as despesas com folha de pagamento principalmente.

Finalizamos o ano com 06 servidores efetivos, 01 estagiário e o Contador cedido pelo Poder Executivo, totalizando 08 pessoas atuando. Os 03 servidores comissionados foram exonerados ao fim de 2022, tendo em vista a mudança de gestor.

Fazendo uma análise dos dados apresentados nos Relatórios de Gestão Fiscal, podemos observar que a Câmara teve como Despesa Total com Pessoal (DTP) no exercício de 2022 o montante de R\$ 1.539.112,63 (Um milhão, quinhentos e trinta e nove mil e cento e doze reais e sessenta e três centavos), sendo R\$ 1.274.497,14 (Um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e sete reais e catorze centavos) com Vencimentos de Servidores



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

e Subsídios de Vereadores e R\$ 264.615,49 (Duzentos e sessenta e quatro mil e seiscentos e quinze reais e quarenta e nove centavos) com Obrigações Patronais, o que implica em 2,81% (Dois inteiros e oitenta e um centésimos) em relação à Receita Corrente Líquida Ajustada do Município informada pelo Poder Executivo, não ultrapassando assim os limites com Despesa de Pessoal naquele exercício.

Ressalte-se que a Lei Municipal nº. 0967/2020, de 11 de setembro de 2020, fixou o Subsídio do Vereador em R\$ R\$ 5.385,00 (Cinco mil trezentos e oitenta e cinco reais) e do Presidente da Câmara em R\$ 6.462,00 (Seis mil quatrocentos e sessenta e dois reais). A Lei Municipal nº 1024 de 22 de março de 2022, que *"Dispõe sobre a revisão geral anual de vencimentos dos servidores públicos municipais, e dá outras providências"* garantiu a revisão anual aos vereadores em exercício em 10,06% (dez vírgula zero seis por cento), passando o Subsídio do Vereador para R\$ R\$ 5.926,73 (Cinco mil e novecentos e vinte e seis reais e setenta e três centavos) e do Presidente da Câmara em R\$ 7.112,07 (Sete mil, cento e doze reais e sete centavos).

Foram detalhadas mensalmente as despesas pagas das obrigações patronais ao INSS, distinguindo os valores repassados da parte do servidor e da parte do empregador.

No entendimento desta Unidade de Controle Interno, no exercício de 2022 as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas *"sub examine"* representam adequadamente a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal, bem como, a prática de atos de gestão, em busca da legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Conforme abordado no escopo do presente relatório, não foram detectados itens que comprometessem as informações prestadas.

Algumas situações dependem indiretamente dos atos de gestão, sendo desejável a superação das metas previstas, o que ocorreu em boa parte dos casos. Apesar de todas as dificuldades, consideramos satisfatórios os resultados alcançados, cuja flutuação do percentual de execução, entendemos estar dentro da normalidade.

Reforçamos que, gerir as contas públicas de forma eficiente e transparente, zelando pelo equilíbrio fiscal e pela qualidade dos gastos públicos, com vistas a contribuir para o desenvolvimento sustentável deve ser objeto de busca constante.

Concluimos, portanto, que os resultados foram alcançados a contento, tendo a CMLT cumprido sua missão institucional no período sob análise.

Assim, após examinarmos a PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL, de responsabilidade do Sr. JACKSON BULERIANM, Chefe do Poder Legislativo do Município de Laranja da Terra/ES no exercício de 2022, tendo como base diversos objetos e pontos de controle analisados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas encontra-se regular.

Laranja da Terra, 13 de março de 2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES

PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

VERUSKA PEDRO

Controladora Geral Interna